

Farenzena, R., Costa, P., Pereira, V. & Pereira, B. (2012). Bullying Escolar: descrição de um projeto de intervenção. In: B. Pereira, A.N. Silva & G. S. Carvalho (Coord.), *Atividade Física, Saúde e lazer. O Valor Formativo do Jogo e da Brincadeira* (pp. 119-127). Braga: Centro de Investigação em Estudos da Criança – Instituto de Educação – Universidade do Minho. (ISBN: 978-972-8952-20-4)

BULLYING ESCOLAR: DESCRIÇÃO DE UM PROJETO DE INTERVENÇÃO

ROSANA FARENZENA^{1,2}; PAULO COSTA¹;
VÂNIA PEREIRA¹; BEATRIZ PEREIRA¹

RESUMO: A complexidade do fenómeno denominado como *bullying escolar*, demanda esforços coletivos de investigação e de intervenção. Diante do desafio de um trabalho em rede, frente a problemática, que articule funções e competências das instituições académicas e escolares, bem como da gestão pública municipal, há que se objetivar patamares de compreensão distanciados dos estereótipos midiáticos e do senso comum. O carácter contextual e multifatorial do bullying determina a inadequação de quaisquer generalizações, assim como de ações isoladas. Para superar a lógica do trabalho fragmentado e inócuo, foi estabelecida uma parceria entre a autarquia do Concelho de Vila Nova de Famalicão e a Universidade do Minho. Diagnosticar em profundidade as relações entre pares nas escolas de dois agrupamentos aderentes ao Programa Teip; assegurar-las como lócus da formação docente contínua, estreitar laços com as famílias, a partir da clarificação e complementaridade de funções educacionais e, fomentar o desenvolvimento autónomo de programas de educação para o convívio social, é em síntese a base deste projeto.

Palavras-chave: bullying escolar – diagnóstico – intervenção – prevenção e redução

Considerações iniciais

Este artigo aborda, por um viés reflexivo, o esforço interinstitucional, empreendido para prevenir e reduzir o bullying escolar, um fenómeno com alta incidência nos contextos onde foi estudado, frequentemente focado pelos holofotes e paradigmas midiáticos, mas que, em condição paradoxal, permanece negligenciado pelos agentes da ação educativa.

A globalização do termo bullying escolar, bem como a generalização de um conceito uniforme do fenómeno, essencialmente pela ação dos *mass média*, é marcada pela positividade subjacente ao desvelar de uma problemática que, não sendo recente, remonta

¹ Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC) – Instituto de Educação – Uminho – Portugal.

² Universidade de Passo Fundo – Brasil

aos primórdios da educação socializada ou coletiva. Contém também elementos de negatividade pelo risco da estereotipia que veicula.

Se por um lado a midiaticização do fenômeno ampliou o interesse e a participação social nas questões inerentes ao problema, por outro, vem representando um entrave para a compreensão profunda e contextual dessa forma de violência escolar.

O bullying, como prática intencional de intimidar, de causar dano, de maltratar ou de colocar sob tensão (Pereira, 2008; Smith & Sharp, 1994; Olweus, 1993) é multiforme e, nem sempre explícito. Trata-se, portanto de uma manifestação enraizada nas relações de poder entre pares e, inspirada nos modelos de coexistência social de outra geração, a saber, o mundo dos adultos. Ainda que exerçam seu inegável poder de recriação diante dos valores absorvidos da cultura adulta, as crianças são permeáveis, em seu processo de desenvolvimento, às dinâmicas sociais, especialmente as que se repetem com força de formação identitária.

Dessa forma, não deve causar espanto a constatação do fenômeno, desde os anos iniciais de escolarização, explicitada em estudos das diversas áreas do conhecimento. Todavia, rotular ou nominar atos agressivos, ainda que sob terminologia aceita e legitimada pelo saber científico não representa, em si, qualquer avanço. Importa estabelecer um processo participativo e corresponsável de conhecimento da realidade e de intervenção correspondente. Isto passa ao largo de ações eventuais, patrocinadas por experts, geralmente pessoas alheias ao cotidiano escolar, assim como se posiciona na contramão da tendência que embaralha, sem qualquer critério, funções de educação, de justiça e de polícia.

A forte pressão à criminalização dos atos de bullying, ou seja, a proliferação de medidas de caráter punitivo e repressivo em detrimento de projetos formativos e educativos consonantes com as lógicas de ensino e de aprendizagem, denotam o pressuposto de respostas imediatas e mágicas, quando a natureza multifatorial do fenômeno estabelece a impossibilidade de uma resolução unilateral e pontual.

Ciente dos desafios que permeiam a problemática o Instituto de Educação da Universidade do Minho, estabeleceu parceria com a autarquia do Concelho de Vila Nova de Famalicão, visando implantar um projeto piloto de diagnóstico e intervenção frente ao bullying escolar.

Mais que afirmar o enraizamento comunitário da Universidade, este projeto operacionaliza um campo sócio-prático (De Castell & Bryison, 1997), organizado para assegurar a especificidade, capturar a complexidade e respeitar a singularidade de cada agrupamento de escolas focalizado.

Trata-se em última instância de romper os muros que por vezes mantém ilhados os saberes da academia e os da escola. Essa dissociação, quando permitida, reduz o conhecimento produzido, ora às abstrações, ora ao praticismo. Do esforço e tentativa de superação desse distanciamento reducionista trata o projeto aqui descrito.

Projetos de intervenção e o bullying na escola

Investigadores ligados a diversas universidades e das diversas áreas do saber debruçam-se sobre a problemática do bullying escolar em Portugal. Em comum, os estudos revelam uma incidência significativa da violência entre pares nos diferentes ciclos educativos (Amado &

Freire, 2002; Matos et al, 2009; Freire et al., 2009; Pereira, 2008; Freire, Simão & Ferreira, 2006; Martins, 2005; Carvalhosa et al., 2001).

Configura-se como um fenômeno longitudinal, que marca indelevelmente a trajetória da infância e, influencia as relações dessa categoria geracional com a escola, com os pares, com o processo de ensino e de aprendizagem e, numa perspectiva sistêmica, com o mundo.

A violência intencional entre pares, caracterizada pela assimetria de poder e pelo comportamento agressivo persistente, num contexto em que é difícil às vítimas defenderem-se a si próprias (Pereira, 1997; Smith, 2002), compromete o bem estar das crianças, repercute no seu desenvolvimento global e no percurso escolar (Pereira, Silva & Nunes, 2009; Pereira 2006).

Estudos realizados a partir de metodologias qualitativas e quantitativas convergem quanto aos resultados do alto envolvimento estudantil nos comportamentos de bullying nas escolas portuguesas, notadamente entre pares de faixas etárias menores. Se por um lado os resultados de pesquisa aproximam-se quanto aos índices de vitimação, que apontam para uma em quatro crianças do primeiro ciclo (Pereira, 2008), há diferenciação quanto aos dados relacionados à concentração de vítimas, de agressores/provocadores e de vítimas agressoras/vítimas provocativas. Faz-se importante observar que as proporções do problema são maiores do que usualmente se supõe, nos contornos do senso comum. Requerem, portanto um diagnóstico criterioso e contextualizado nas diversas esferas da instituição educativa.

Os levantamentos realizados em Portugal utilizam, em sua maioria, questionários, entre esses, o adaptado por Pereira (1997), a partir do inquérito original proposto por Olweus (1989). É de Amado e Freire (2002), outro instrumento adaptado, que tem orientando estudos do bullying no meio escolar. Um terceiro instrumento utilizado para diagnosticar a provocação/vitimação entre pares no contexto escolar português (Matos *et al*, (2000); Carvalhosa, Lima e Matos (2001), é o questionário “Comportamento e Saúde em Jovens em Idade Escolar”, desenvolvido numa investigação em rede com a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Considerando que a adoção de um instrumento único para coleta de dados, pode limitar a compreensão do fenômeno na globalidade, a fase de investigação foi planejada de forma a permitir a complementaridade de técnicas quantitativas e qualitativas. Assim, o uso do questionário será complementado com a observação naturalista e, a aplicação de entrevistas focus group, entre outros recursos. A triangulação de dados, a partir da utilização de fontes múltiplas de evidências, torna-se uma estratégia de validação, confere fiabilidade a informação e, permite clarificar os múltiplos significados de uma realidade pautada por um conjunto complexo de variáveis. Rodrigues *et al*. (1999); Flick (2004); Hamel (1997); Yin (2005) e Stake (1999).

Os procedimentos de pesquisa refletem o compromisso, mutuamente partilhado pelos agentes educativos envolvidos, com a formulação e desenvolvimento de um programa de intervenção não formatado ou importado de realidades com diferentes configurações sociais, relacionais e culturais. Neste sentido, há sempre uma organização específica, que precisa ser compreendida na perspectiva dos fatores institucionais ligados ao incremento e à prevenção do fenômeno. É função da investigação que precede e orienta o desenho interventivo compreender os mecanismos legitimados nesse campo de pesquisa, diante do bullying e das demais violências.

Ainda que a transferência de programas para enfrentar a problemática seja impossível, há que ser observado um conjunto basilar de princípios, fundamentado no que é próprio do saber educativo. Diz respeito ao trabalho de cooperação efetiva entre universidade e escola; ao compartilhar de uma perspectiva de processo, ou seja, da consciência da necessidade e disposição para implementar ações encadeadas, contínuas e partilhadas pelos sujeitos dessas comunidades educativas, nos diversos momentos do percurso.

Também, representa a recusa em aderir aos pressupostos reiterados pelo senso comum e, muitas vezes tomados como verdades insofismáveis, como por exemplo, a justificação da violência pela presença de determinados grupos étnicos na turma ou na escola.

Outra diretriz de trabalho remete a não perder de vista o caráter formativo da ação pedagógica, ou seja, não se trata de “combater” os comportamentos violentos, mas de educar para a coexistência pacífica num contexto de diferenças, que se mantém para além dos espaços da escola.

Por fim, há que se ter presente a coerência entre o modelo relacional veiculado pelos adultos que exercem funções educativas, entre si e nas interações estabelecidas com a infância que consubstancia o corpo do alunado de cada escola. Não há como precisar o que resulta da imersão, por anos a fio, numa dinâmica social permeada por contradições e discursos vazios de sentido, no confronto com a prática.

A descrição a seguir representa uma forma de revisitar continuamente um projeto de intervenção construído a muitas mãos, num exercício rigoroso de verificação da coerência interna e da pertença aos princípios do campo educativo.

O projeto piloto em dois agrupamentos de escolas de Vila Nova de Famalicão

O projeto piloto foi implantado em dois agrupamentos escolares que participam do *Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)*³, abrangendo vinte escolas de educação básica.

Para identificar a prevalência das diferentes formas de vitimação/agressão entre pares, foram definidas as etapas de diagnóstico, iniciadas através do contato, da escuta e da sensibilização da comunidade, amplamente considerada, para a investigação prevista.

Na ação inicial, participaram gestores do Concelho e das escolas, professores, encarregados de educação, funcionários da ação educativa e professores da universidade parceira. A temática do bullying escolar foi tratada a partir de uma abordagem expositivo-dialogada, consistindo esse momento em marco dialógico, para permitir que expectativas, pressupostos, conceções, necessidades e possibilidades fossem explicitadas num ambiente tão acolhedor quanto estimulante à manifestação dos diferentes pontos de vista.

³ Programa dotado de mecanismos de apoio às populações mais carenciadas e como resposta às necessidades e às expectativas dos alunos e das suas famílias, tal como a escola a tempo inteiro, a educação especial, os apoios educativos previstos no Despacho Normativo nº 50/200, de 20 de outubro, e a aposta na diversificação de ofertas educativas e formativas, que no atual contexto, promova a territorialização de políticas educativas segundo critérios de prioridade e discriminação positiva. Pretende estimular a apropriação, por parte das comunidades educativas de instrumentos e recursos que lhes possibilitem congregar esforços tendentes à criação nas escolas e nos territórios envolvidos de condições geradoras de sucesso escolar e educativo dos alunos. (Diário da República, 2.ª série – N.º 206 – 23 de outubro de 2008).

Posteriormente, e na lógica do trabalho conjunto, foram organizadas as condições para a melhor aplicação do primeiro instrumento de coleta de dados junto ao alunando do 3º ao 7º anos. Por se tratar de um questionário impresso para alunos do 3,º ao 6º anos e online para os do 7º ano, foram observadas as questões inerentes a aplicação do inquérito: como, onde, quando, quem o faria, preparação técnica, etc.

A aplicação desse instrumento de recolha de informações – um levantamento quantitativo e exploratório –, permitiu conhecer as vivências de bullying dos alunos das escolas em estudo, e, fez-se referência para as demais etapas da investigação. Se por um lado os dados obtidos foram suficientes para confirmar a incidência de bullying nas 20 escolas pesquisadas; para especificar tempos e espaços de maior ocorrência do problema em cada instituição; para caracterizar ações violentas associadas às questões de género e a outras variáveis; para suscitar novas questões de pesquisa, como, por exemplo, possíveis ligações do alto índice de desemprego entre os encarregados de educação com o comportamento violento, no ambiente escolar, das crianças desses núcleos familiares e, para revelar a percepção infantil em relação à problemática do bullying, bem como suas estratégias de enfrentamento, por outro se mostraram insuficientes para permitir a compreensão do fenómeno em profundidade e, para orientar um projeto de intervenção contextualizada

Neste momento procede-se o desenho da próxima etapa de diagnóstico, que deverá incluir entrevistas *focus group* com crianças, com professores e observação naturalista dos momentos curriculares formais e informais da escola. A partir da aplicação desses instrumentos será planeada a intervenção, sempre em acordo com as diretrizes da cogestão.

O programa de intervenção a ser delineado, considerará, prioritariamente, a dimensão lúdica da criança, como via para novas vivências e aprendizagens sociais. Situações de jogos e brincadeiras, introduzidas, viabilizadas e mediadas a partir de clara intencionalidade pedagógica, o que supõe uma ação nem invasiva, nem omissa, permitem a genuína manifestação da criança e possibilitam um intercâmbio intra e inter geracional, favorável a internalização dos princípios da vida em comunidade. Experiências interativas concretas, operadas na perspetiva da descoberta e apropriação do mundo próximo, portanto não limitadas à esfera “da pregação moralista” são componentes de base para o aprendizado da coexistência pacífica. Neste sentido, compete aos diversos profissionais com função educativa, revisitarem criticamente e sistematicamente os processos protagonizados em nome da educação formal da infância, ainda, sob a luz do que preconiza o projeto político pedagógico institucional. Nisto reside uma pré-condição para re-qualificar o ofício docente, em consonância com os fundamentos da profissão.

No decorrer do percurso foi estabelecida uma agenda de reuniões multidisciplinares e interinstitucionais, envolvendo representantes da autarquia, das escolas e da universidade, de onde se originou um núcleo gestor do projeto.

Faz-se pertinente ressaltar a participação sincrónica e harmónica das equipas da educação e da saúde, pertencentes a autarquia, dando forma a uma genuína e profícua articulação interdisciplinar. Esse fator é fundamental para o êxito de programas que foquem mudanças culturais e sociais. Ainda, a perspetiva de construção de um trabalho conjunto, e não a de imposição ou pressão, constitui outro diferencial da conduta gestora, diretamente vinculado a legitimação e ao enraizamento dos projetos implantados.

Ao longo do mês de dezembro de 2010, foram aplicados 1.264 questionários aos alunos do 3º, 4º, 5º, 6º e 7º anos. Neste momento procede-se uma análise comparativa dos

resultados obtidos, tendo como base estudos nacionais e internacionais. Pretende-se, desta forma, ampliar a base de análise do material obtido.

Paralelamente, a autarquia vem planejando e executando ações de educação permanente para uma cultura de paz, envolvendo os diversos segmentos da comunidade escolar. Exemplifica essa lógica do trabalho sistemático e integrado, a “Quinzena de Educação”, cuja programação contemplou, entre outras ações com finalidades convergentes, o fórum “Saúde escolar e boas práticas”, abordando diretamente a prevenção da violência escolar e a valorização de iniciativas das escolas do Concelho.

O desenho da intervenção, associado ao diagnóstico da realidade, é criterioso no que prevê quanto a avaliação da eficácia e da transferência do programa, assim como na observância do princípio da mutualidade de competências.

Em cada escola será constituído um grupo de trabalho representativo da comunidade escolar, ou seja, essa unidade de gestão e implementação do programa, contará com a participação dos diversos segmentos: docentes, alunos, funcionários e encarregados de educação. As crianças terão participação ativa nesse percurso, sendo-lhes garantido o pleno exercício da cidadania infantil. Prevê-se um protagonismo que vá além do nível da consulta a esses atores sociais, em torno dos quais se organizam e se justificam os sistemas educativos. Neste sentido, terão voz ativa nos diversos momentos de intervenção.

Objetiva-se que o próprio processo impulse mudanças significativas nos modelos de coexistência de cada escola, com a conquista de patamares mais elevados de convívio civilizado e, que, os resultados possam ser partilhados com o restante da comunidade escolar e acadêmica, de forma que desse esforço conjunto resulte um conhecimento transformador.

A organização do Projeto

O projeto, assentado na participação, na responsabilidade compartilhada e na investigação rigorosa e não invasiva, está organizado em três anos letivos. Todo o projeto de intervenção pauta-se pelo princípio da autonomia institucional, ou seja, pela idéia de que cada escola possa organizar, gerir e fazer operar um grupo permanente de trabalho, formado nos quadros da própria instituição, que, também se articule aos demais, dando forma a um trabalho de apoio e de cooperação mútuas.

O primeiro ano servirá ao propósito do diagnóstico e da formação contínua dos agentes educativos das escolas (professores e auxiliares da ação educativa). A perspetiva aqui referida não é a de um treinamento específico, com vista a aprimorar as habilidades para aplicar instrumentos de pesquisa, mas a de restituir a função de investigação, amplamente compreendida, inerente à docência. O não refletir sobre as próprias práticas, sobre os processos patrocinados pela ação tida como educativa nos contornos da escola é fator de conservação do atual modelo escolar. Compreender fenómenos que parecem estar colados ao quotidiano institucional, como o bullying escolar e outras violências, é algo que precisa ser iniciado através de um movimento interno, que permita olhar para os processos patrocinados em nome dos objetivos da escolarização da infância. Intervir numa dada realidade exige conhecê-la em profundidade.

O segundo ano contemplará a intervenção nas escolas pertencentes ao agrupamento 1, bem como a continuidade das ações formativas. Prevê-se a avaliação do programa de intervenção, que será aprimorado com vistas a aplicação nas escolas do agrupamento 2.

O terceiro ano será pautado pela continuidade da formação nos dois agrupamentos de escolas, pela intervenção no agrupamento 2 e pela avaliação dos resultados desse programa. Um roteiro que desafiará a avançar a partir de referências bem delimitadas e contextualizadas.

Através de um fórum permanente pretende-se apropriação, com notável poder de recriação, por parte de cada escola daquilo que faz parte das suas rotinas. Na sequência, deve estar a sistematização e a socialização do conhecimento gerado, de forma a subsidiar os processos educativos, com força de resolutividade ante a problemática, nas diversas escolas do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Reitera-se uma das prioridades do projeto, centrada na participação ativa das crianças. Neste sentido, não só serão consultadas através do inquérito por questionário e entrevista, como terão o direito assegurado à manifestarem-se de forma autônoma, a luz de uma ação docente intencional e, orientada pelo projeto pedagógico da escola. A articulação curricular pode contribuir para que se manifestem de maneira propositiva, através das múltiplas linguagens que são inerentes a essa categoria social geracional. Essa participação será ainda decisiva para que desenvolvam, de forma criativa, responsável e, de acordo com suas possibilidades, projetos que visem melhorar a convivência no ambiente escolar e, conseqüentemente, contribuam para prevenir e, se for o caso, reduzir o índice de agressão entre pares.

Considerações finais

Na atual conjuntura, onde o individualismo dita tendências e, pauta estilos de trabalho, padrões de comportamento e dinâmicas relacionais, nada mais desafiador do que, diante de uma problemática societal sem fronteiras, apresentar um modelo de resposta atípico.

Quando tudo indica para o trabalho isolado e hostil de cada área do conhecimento, e as pressões recrudescem sobre a universidade, favorecendo uma dinâmica ensimesmada aos grupos de pesquisa e, de forma geral, o encolhimento acadêmico diante das demandas comunitárias, faz-se imperativo empreender um movimento contrário.

O projeto aqui relatado, ao estabelecer as condições para o cruzamento de um campo epistemológico com um campo metodológico, reitera a Universidade como lócus da inovação, ao tempo em que evidencia a impossibilidade de legitimar o saber acadêmico, se não enraizado nas demandas da comunidade de inserção.

Quando questões emergentes da realidade educacional são consideradas na perspectiva de uma investigação rigorosa e participativa, partilhada sob o princípio da co-gestão, garantem-se as condições para a produção de um conhecimento específico, próprio do campo educacional. Campo que embora permaneça a espera de uma delimitação clara, comporta, em seu epicentro, a problemática do bullying. Trata-se de um objeto complexo, que reafirmamos, pode ser desvelado e enfrentado nos limites do saber educacional. Exige, entretanto, a perfeita conjugação da dimensão sócio-prática, na medida em que o conhecimento produzido diz respeito à ação educativa sem a essa ficar restrito, ou seja, sua especificidade extrapola os limites do senso comum.

Por outras palavras, desde a fase inicial do trabalho, foi considerada uma intervenção que não descuidasse da ação didática e curricular protagonizada na escola. Esse foco na práxis, visa tornar o conhecimento produzido apropriável e pleno de sentido para os agentes educativos das escolas em questão. É a ação interior o objeto de conhecimento e de transformação a partir da parceria entre universidade e autarquia.

Outra intencionalidade presente desde o nascedouro do projeto refere-se a determinação para não reproduzir, no convênio estabelecido, parâmetros relacionais pautados pela lógica maniqueísta que categoriza saberes como de mais e de menos valia. Neste sentido, o movimento foi o de estabelecer, reconhecer a especificidade e buscar a complementaridade do que é produzido em campos ou sob funções específicas.

Se os resultados do projeto remetem à possibilidade de estabelecer padrões de convivência respeitosos e pertinentes a uma cultura pacífica, o processo em si se faz coerente a esses parâmetros, propiciando, o entendimento dos saberes oriundos da ação no terreno com os saberes que derivam da investigação.

Por fim, mais do que para identificar a prevalência do bullying entre estudantes de escolas específicas do Concelho de Famalicão, o esforço de investigação e de intervenção relatado, permitiu validar esse objetivo de pesquisa, sendo determinante aos próprios caminhos adotados no cumprimento dessa função. Encaminha-se, nesta etapa, como um estudo de natureza extensiva, com amplitude para caracterizar a evolução do fenômeno na totalidade das escolas do Concelho.

Referências Bibliográficas

- Amado, J., & Freire, I. (Eds.). (2002). *Indisciplina e violência na escola. Compreender para prevenir*. Porto: Asa Editores.
- Carvalhosa, Susana F., Lima, Luisa & Matos, Margarida G. (2001) *Bullying – a provocação/vitimação entre pares no contexto escolar português*. Revista Análise Psicológica, 4 (XIX): 523-537
- De Castell, Suzanne e Bryson, Mary (1997) *Radical In(ter)ventions: Identity, Politics and Difference/s in Educational Praxis*. New York: Ed. Suny Press
- Flick, U. (2004). *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid: Morata
- Freire, I. P.; Simão, A. M. V.; Caetano, A. P.; Ferreira, A. S.; Gouveia, S. (2009). *Prevenção da violência entre pares/promoção da convivência nas escolas – um projeto colaborativo*. Revista Interacões, 13, 229-248.
- Freire, I. P., Simão, A. M. V., & Ferreira, A. (2006). *O estudo da violência entre pares no 3º ciclo do ensino básico – um questionário aferido para a população escolar portuguesa*. Revista Portuguesa de Educação, 19(2), 157-183
- Hamel, J. (1997). *Étude de cas et sciences sociales*. Paris: L'Harmattan.
- Matos, M., Simões, C., Carvalhosa, S., Reis, C., & Canha, I. (2000). *A saúde dos adolescentes portugueses*. Faculdade de Motricidade Humana/PEPT-Saúde/Gpt D CMLisboa
- Matos, M. ; Negreiros, J. ; Simões, C. ; & Gaspar, T. (Eds.). (2009) *Violência, Bullying e Delinquência*. Lisboa : Gráfica Manuel Barbosa & Filhos Ltda.
- Martins, M. (2005) *Agressão e vitimação entre adolescentes, em contexto escolar: um estudo empírico*. Acedido, 06 de dezembro de 2009.
- Olweus, D. (1993). *Bullying at school. What we know and what we can do*. Oxford.

- Olweus, D. (1989) Prevalence and incidence in the study of anti-social behavior : definitions and measurement. In : KLEIN, M. (Ed.). *Cross-national research in self-reported crime and delinquency*. Dordrecht, The Netherlands : Kuwer, 1989, p. 187-201.
- Pereira, B.; Silva, M.; & Nunes, B. (2009). Descrever o bullying na escola: estudo de um agrupamento de escolas no interior de Portugal. *Revista Diálogo Educativo*, 9 (28), 455-466.
- Pereira, B. (2008). *Para uma escola sem violência. Estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças* (2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e Tecnologia (MTC)
- Pereira, B. (2006). Prevenção da violência em contexto escolar: diagnóstico e programa de intervenção. In João C. De Souza N. e Maria Leticia B. P. N. *Infância: violência, instituições e políticas públicas*. São Paulo, Expressão e Arte Editora, 43-51.
- Pereira, M. B. (1997) *Estudo e prevenção do bullying no contexto escolar – os recreios e as práticas agressivas das crianças*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho. Braga.
- Rodríguez, G. G., Flores, J. G., & Jiménez, E. G. (1999). *Metodología de la investigación cualitativa*. Málaga: Ediciones Aljibe.
- Smith, P. (2002). Intimidação por colegas e maneiras de evitá-la. In E. Debardeux & C. Blaya (eds), *Violência nas escolas e políticas públicas* (pp 268). Brasília: Ed. UNESCO Brasil.
- Smith, P. K. & Sharp, S. (1994). “The problem of school bullying”, In Smith, P. K. & Sharp, S., *School Bullying. Insights and perspectives*. Londres e Nova York, Routledge.
- Stake, Robert E. (1999) *A arte da investigação com estudos de caso*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Yin, R. (2005). *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.